

**DOCAPESCA – PORTOS E LOTAS, S A**  
**RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO**  
**SEGUNDO RELATÓRIO TRIMESTRAL DE 2014**  
**(Atividade e informação financeira reportada a 30 de Junho de 2014)**

## **1. ENQUADRAMENTO**

Este relatório é apresentado ao abrigo de disposições legais e estatutárias que, com um alcance específico, ou de âmbito genérico, se aplicam à DOCAPESCA – Portos e Lotas, SA.

Esta obrigatoriedade de relato trimestral decorre, especificamente, do nº 2 do art.º 9.º do Decreto-Lei nº 107/90, de 27 de Março, diploma que aprovou os estatutos da empresa. Por sua vez, é aplicável à empresa o mecanismo previsto pelo nº1 do artigo 13º, do Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de Dezembro, a que alude o Despacho nº 27 122 / 2004 (2ª série), de 30 de Novembro, do Ministro das Finanças.

O âmbito e estrutura deste relato trimestral é da nossa inteira responsabilidade.

Todas as análises e comentários subsequentes têm como base informação contabilística da empresa, reportada ao período concluído em 30 de junho de 2014. Nessa circunstância, poderão eventualmente ocorrer alterações contabilísticas determinadas por deliberação do acionista.

## **2. ATIVIDADE POR NÓS DESENVOLVIDA**

No segundo trimestre de 2014 desenvolvemos as atividades a seguir resumidas:

- Fase final do trabalho de auditoria financeira conducente à emissão do Relatório do Fiscal Único Relatório do Primeiro Trimestre de 2014;
- Contactos com o Conselho de Administração a propósito das conclusões do nosso trabalho de acompanhamento da atividade no primeiro trimestre;
- Emissão de um parecer do Fiscal Único sobre o plano de investimentos para 2014;



- Emissão de um parecer do Fiscal Único sobre o plano e orçamento para 2014;
- Participação na Assembleia Geral da Docapesca realizada a 23 de maio de 2014;
- Análise da problemática em torno das negociações em curso de novas concessões de portos de pesca, que contemplaram já a assinatura do contrato de concessão com a APVC - Administração do Porto de Viana do Castelo, reportado a 1 de abril de 2014. Este contrato visa, em regime de exclusividade, o uso privativo de bens do domínio público marítimo;
- Acompanhamento do processo de integração de funções e patrimónios do ex-IPTM;
- Emissão de documento escrito com comentários e opiniões a propósito da resolução do contencioso jurídico-financeiro em torno das taxas de movimentação de pescado, no quadro da integração de funções e patrimónios do ex-IPTM e no âmbito da renegociação em curso de novas concessões dos portos de pesca de Aveiro, Figueira da Foz e Viana do Castelo;
- Leitura e análise das atas das reuniões do Conselho de Administração;
- A verificação da observação das disposições legais e estatutárias, incluindo o cumprimento das obrigações fiscais e perante a segurança social.

O Fiscal Único regista a abertura e disponibilidade com que tem contado da parte da Administração e serviços da empresa.

### **3. ASPETOS RELEVANTES DO ACOMPANHAMENTO DA EMPRESA**

Dos contactos havidos e da leitura das atas do CA, afigura-se-nos ser de relevar, em termos de acompanhamento referente ao 2.º trimestre de 2014:

- Início do procedimento de contratação de trabalhadores do IPTM, IP, na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 16/2014, de 3 de fevereiro;
- Aquisição de serviços de análise no âmbito da segurança alimentar, no montante previsto de 40.000 euros;



- Fornecimento de mão-de-obra do exterior para a Lota de Vila Real de Santo António, o valor máximo de 72.000 euros;
- Aprovação do relatório final com as propostas apresentadas para concessão descoberto em Depósito à Ordem e Conta Corrente Caucionada;
- Escritura de compra e venda do prédio de Vila Real de Santo António, alienado pela quantia de 220.000 euros, que ficou cativa à ordem da autoridade tributária, por conta do processo de execução fiscal respeitante às taxas de movimentação de pescado reclamadas pela Administração do Porto da Figueira da Foz;
- Aquisição de serviços de recolha de dados para caracterização das pescarias, no valor previsto de 53.000 euros;
- O Conselho de Administração tomou conhecimento e determinou o seu envio às entidades competentes do Relatório Único de 2013;
- Renovação até 30 de junho de 2014 dos contratos de comissão de serviços dos Diretores da Empresa;
- Assinatura do contrato de concessão com a APVC – Administração do Porto de Viana do Castelo, reportado a 1 de abril de 2014. Este contrato visa, em regime de exclusividade, o uso privativo de bens do domínio público marítimo;
- Aprovação do Relatório de Execução Orçamental - 1º Trimestre de 2014;
- Aprovação do Relatório de Execução Orçamental dos meses de janeiro e fevereiro de 2014;
- Aprovação da abertura do concurso público para realização de obras no Porto de Pesca da Figueira da Foz, no montante previsto de 700.000 euros;
- Adjudicação de um novo grupo de produção de gelo para Lota de Viana do Castelo, pelo valor de 36.326 euros;
- Apreciação do Relatório do Fiscal Único - Primeiro Trimestre de 2014;
- Aprovação do Relatório Final da Avaliação de Desempenho de 2013;
- Aprovação do Plano de Atividades, Investimentos e Orçamento de Exploração para o ano 2014, revisão em 9 de maio de 2014;



- Aprovação do pedido de pagamento da dívida em 150 prestações efetuado pelos Estaleiros Navais de Peniche, S.A., ao abrigo do procedimento SIREVE;
- Aprovação das alterações ao tarifário de janeiro/2014 a abril/2014;
- Aprovação do relatório de inventariação dos ativos fixos - Delegação Centro Norte;
- Aprovação do pedido de troca de armazém pela Artesanalpesca, CRL, no Porto de Pesca de Sesimbra;
- Aprovação do Acordo com a Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A., relativo a derrame de combustível ocorrido em Sines, nos dias 24 e 25 de abril de 2011;
- Aquisição de equipamento metálico diverso, pelo valor de 38.195 euros;
- Aprovação da venda por meio de leilão eletrónico, direito de superfície sobre imóvel situada na Marina de Portimão;
- Aprovação da minuta de acordo de cedência de interesse público a celebrar com os funcionários da IPTM na BEP - Docapesca;
- Aprovação do Relatório de Execução Orçamental a 30 de abril de 2014;
- Aprovação do Relatório Intercalar da Auditoria realizada à Delegação Norte;
- Aprovação dos pagamentos nos termos da interpretação da lei resultante do Acórdão nº 413/2014 do Tribunal Constitucional, no que se refere à Declaração de Inconstitucionalidade do artigo 33º, da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro de 2013, que aprova o Orçamento do Estado para 2014 e as suas implicações no pagamento do subsídio de natal em duodécimos;
- Aprovação da abertura do concurso público para realização de obras no Porto da Nazaré, no montante previsto de 344.000 euros; e
- Aprovação das alterações ao tarifário de abril/2014 a maio/2014.



#### **4. QUESTÕES DE INCIDÊNCIA CONTABILÍSTICA**

Não tomámos conhecimento de que os procedimentos contabilísticos da empresa tivessem tido, até ao mês de junho de 2014, alterações significativas, face a períodos de relato anteriores.

O Balanço e a Demonstração dos Resultados reportados a 30 de junho de 2014, incluindo os dados comparativos relativos ao período homólogo de 2013, decorrem dos saldos, processamentos e registos contabilísticos escriturados até à data em causa.

Com o Decreto-lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, a empresa assumiu a área de jurisdição do IPTM e a respetiva gestão dos portos de pesca e marinas de recreio.

As demonstrações financeiras reportadas ao 1º semestre incorporam efeitos das novas competências da Docapesca, evidenciando um resultado antes de impostos de 32.091 euros (rendimentos de 59.490 euros e gastos de 27.399 euros).

Quanto aos resultados apresentados a 30 de junho pela empresa (lucro de 57.932 euros), os mesmos devem ser lidos tendo em conta os ajustamentos, possíveis de fazer, à data, em acréscimos e diferimentos provenientes de 31 de dezembro de 2013.

Da breve análise ao resumo das Demonstrações Financeiras que se encontram no anexo I e II, podemos salientar:

- Um incremento do ativo, em cerca de 2,1 milhões de euros, em resultado de um acréscimo das disponibilidades em 1,3 milhões de euros, associado a uma maior eficácia nas cobranças, e do aumento 1,4 milhões de euros em outras contas a receber, devido ao agravamento de 1,1 milhões de euros na conta de compradores guias de pescado;
- A melhoria da expressão dos Capitais Próprios, em 572 mil euros, mercê do resultado líquido positivo de 57 mil euros, do reconhecimento em resultados transitados de 934 mil euros da redução das responsabilidades por benefícios pós-emprego e pela imputação a resultados dos subsídios reconhecidos em "outras variações no capital próprio" (419 mil euros);
- O aumento do Passivo Corrente, em cerca de 2,5 milhões euros, decorrente de um acréscimo de 1,9 milhões de euros nas outras contas a pagar (incremento das dívidas a armadores-marés, reserva pessoal e cativações a amadores), e do aumento de 451 mil euros de IVA a pagar;



- O resultado líquido do período registou um comportamento favorável face ao período homólogo (+ 914 mil euros), fundamentalmente por força da diminuição dos gastos com o pessoal (-1.097 mil euros).

## **5. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA**

### **5.1. ACTIVIDADE**

No anexo III é apresentada uma síntese da atividade desenvolvida pelas várias delegações da empresa. Da leitura desse anexo salienta-se:

- A diminuição do volume de atividade (em ton.) ao longo deste primeiro semestre face ao período homólogo de 2013, explicado pela redução da movimentação de pescado nas Delegações de Matosinhos (-28%) e do Centro (-5%);
- Que foram movimentadas um total de 43.878.095 ton. (2013: 45.526.561 ton.), a que corresponderam 83.736 mil euros (2013: 83.630 mil euros), com um preço médio de 1,91 €/Kg (2013: 1,84 €/kg).

### **5.2. CONTROLO ORÇAMENTAL**

Em termos de controlo orçamental de exploração, apresentado no anexo IV, é de sublinhar uma perspetiva de execução que mostra um resultado líquido antes de impostos positivo de 308 mil euros o que se traduziu num desvio de 502 mil euros face ao orçamentado (prejuízo de 104 mil euros), para o que contribuiu:

- Uma execução de vendas e serviços prestados com um desvio desfavorável de 542 mil euros, sendo o desvio de - 375 mil euros em prestações de serviços e - 167 mil euros nas vendas. Para quantia acima indica em muito contribuiu o desvio de 363 mil euros na vendas de gelo que resultou da reduzida atividade das embarcações de pesca nos primeiros meses do ano;
- Ao nível da execução de gastos, a salientar-se um desvio favorável de 14% nos fornecimentos e serviços externos (-473 mil euros) e de 7% nos gastos com o pessoal (- 386 mil euros). Para este desvio positivo, contribuiu o facto da atividade do IPTM ainda não ter sido integrada na totalidade nas contas da Docapesca.



## **6. INVESTIMENTOS E INDICADORES**

### **6.1. INVESTIMENTOS**

A Docapesca, S.A., no seu Plano de Investimentos aprovado em Conselho de Administração, previa para o 1º semestre de 2014 um investimento total de 2.650.263 euros, no entanto apenas foram realizados 1.109.652 euros, que se decompõem da seguinte forma, por delegação e tipo de investimento:

<b>Delegação</b>	<b>Orçamento</b>	<b>Realizado</b>
Delegação Norte e Matosinhos	398 760	180 072
Delegação Centro Norte	35 662	9 283
Delegação Centro	56 575	6 377
Delegação Centro Sul	46 070	30 797
Delegação Sul	234 349	56 881
Outros Investimentos	60 860	4 001
<b>Total de Investimentos Correntes</b>	<b>832 276</b>	<b>287 410</b>
Delegação Norte e Matosinhos	390 506	311 778
Delegação Centro Norte	246 980	58 488
Delegação Centro	548 652	330 596
Delegação Centro Sul	286 641	18 671
Delegação Sul	345 208	102 708
<b>Total de Investimentos Específicos</b>	<b>1 817 987</b>	<b>822 242</b>
<b>Total</b>	<b>2 650 263</b>	<b>1 109 652</b>



## 6.2. INDICADORES

Os Indicadores e objetivos de Gestão, para o ano 2014, tiveram a seguinte execução até junho de 2014:

**Quadro de Indicadores**

Exercício de 2014	Real - Junho de 2014	Objetivo até Junho (Orçamento 2014)
INDICADORES		
EBITDA	1 786 404	1 312 212
Resultados Financeiros	57 183	-438 148
Resultados Antes de Impostos	307 910	-194 203
Volume do Investimento	1 109 652	2 650 263
Valor Acrecentado Bruto	6 196 662	5 966 919
Gastos Operacionais / EBITDA	2,08	3,21
Gastos com o Pessoal / EBITDA	2,73	4,02
Taxa de Variação dos Gastos com o Pessoal (sem Indemnizações)	-18,34%	7,91%
Dívida / Capital Próprio	-11,87	-6,80
EBIDTA / Receitas	16,33%	11,50%
Taxa de Crescimento das Receitas	-6,15%	4,29%
Margem EBIDTA	17,79%	12,40%
Resultado Líquido / Capital Investido	0,34%	-2,67%
Gastos com o Pessoal / Vendas	48,64%	49,80%
Cash-Flow / Vendas	16,57%	9,90%
FSE / Vendas	29,25%	32,22%
Crescimento FSE+Pessoal	-9,20%	10,99%
Volume de Negócios	10 038 874	10 581 365
N.º Pessoas / Trabalhadores	455	516
N.º Lotas Principais	22	22
N.º Postos de Vendagem	32	32
Exercício de 2014	Real - Junho de 2014	Objetivo Ano (Contrato de Gestão)
OBJECTIVOS DE GESTÃO		
Peso dos CMVMC+FSE+GcP no Volume de Negócios	78,67%	75,00%
Volume de Negócios (contas 71+72+78)	10 921 974	23 329 658
Resultados Líquidos	57 182	157 381
PMP /dia	31	36



## 7. PLANO DE ATIVIDADES

A Docapesca, S.A., no seu Plano de Atividades de 2014 aprovado em Conselho de Administração em 2014, previa para o 1º semestre de 2014 um conjunto de ações para a concretização e consolidação dos objetivos principais da empresa. Deste modo, de seguida apresentamos as atividades e objetivos operacionais para 2014 e a sua execução até ao momento:

	<b>Objetivo</b>	<b>Execução</b>
<b>I. Segurança e Qualidade Alimentar</b>	<b>100%</b>	<b>55%</b>
1.1 Hazard Analysis and Critical Control Point (HACCP)	100%	58%
1.2 Número de Controlo Veterinário	100%	70%
1.3 Consolidação de Boas Práticas	100%	38%
<b>II. Economia</b>	<b>100%</b>	<b>27%</b>
2.1 Requalificação da Rede de Lotas	100%	18%
2.2 Negociação com as Administrações Portuárias	100%	50%
2.3 Infraestruturas	100%	13%
2.4 Reorganização das áreas de negócio	100%	10%
2.5 Investimento na internacionalização dos produtos da pesca e do mar	100%	42%
2.6 Melhoria e controlo de procedimentos de contratação pública, controlo permanente de custos e estudos visando uma maior rentabilidade	100%	55%
<b>III. Nominalização do Pescado/Marca</b>	<b>100%</b>	<b>38%</b>
3.1 Comprovativo de Compra em Lota (CCL)	100%	75%
3.2 Implementação de projetos inovadores	100%	16%
3.3 Divulgação dos projetos Docapesca a nível nacional numa lógica integrada e contínua	100%	73%
<b>IV. Modernização</b>	<b>100%</b>	<b>25%</b>
4.1 Formação contínua dos Recursos Humanos	100%	31%
4.2 Sistema de Gestão	100%	44%
4.3 Aperfeiçoar o canal web e criar novas funcionalidades no sítio da internet	100%	30%
4.4 Informatizar e melhorar os sistemas e equipamentos	100%	30%
4.5 Comunicação e medição da satisfação dos clientes	100%	26%
4.6 Eficiência Ambiental	100%	37%
<b>V. Gestão portuária e dominial nas áreas de jurisdição transferidas ao abrigo do DL 16/2014 de 3 de fevereiro</b>	<b>100%</b>	<b>54%</b>
5.1 Segurança dos acessos marítimos aos portos de pesca	100%	80%
5.2 Segurança das pessoas e bens nos portos de pesca	100%	65%
5.3 Segurança na utilização das infraestruturas de apoio à pesca, náutica de recreio e transporte fluvial	100%	50%
5.4 Avaliação de modelos de gestão das áreas/edifícios e equipamentos nas áreas portuárias	100%	20%
<b>VI. Abertura aos Setores</b>	<b>100%</b>	<b>55%</b>
Execução Total	100%	



## **8. COMENTÁRIO FINAL**

Em síntese, podemos informar o acionista que:

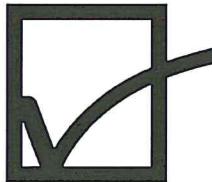
- A. Os trabalhos de fiscalização estatutária decorreram normalmente no segundo trimestre de 2014;
- B. Acompanhámos, nas condições que julgamos adequadas às circunstâncias, os assuntos inerentes à atividade da empresa e às decisões fundamentais tomadas pelo órgão de gestão;
- C. Revimos, sucintamente, as contas referentes a junho de 2014, não tendo detetado situações anómalas a relatar;
- D. Acompanhámos com a devida atenção a evolução da situação económica e financeira da empresa.

Finalmente, temos a referir que, das três situações que deram origem a reservas por limitação de âmbito sobre as contas de 2013, uma delas foi já resolvida no exercício de 2014. Trata-se da situação que havia dado lugar à reserva por limitação de âmbito relativa às responsabilidades por benefícios pós-emprego, já que a empresa obteve o relatório contendo a atualização do estudo atuarial, que determinou uma redução das responsabilidades em cerca de 934 mil euros, reconhecidas pela empresa em 2014 em resultados transitados.

Mantêm-se, assim, as situações motivadoras de duas reservas e da ênfase por nós emitida na Certificação Legal das Contas, a saber:

- Situação motivadora de reserva por limitação de âmbito: A empresa continua a não ter uma atividade globalmente alicerçada em contratos de concessão desenvolvidos e atualizados, o que se projeta num desfasamento entre os períodos de depreciação considerados para os seus investimentos nas delegações e os prazos de concessão aplicáveis, determinando que existam ativos a serem depreciados por períodos superiores aos das respetivas concessões. Porém, esta situação está atualmente a ser objeto de clarificação, em virtude de:

*(Assinatura)*

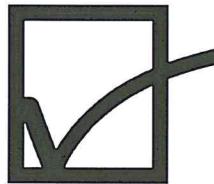


- Com a publicação do Decreto-Lei 16/2014, de 3 de fevereiro, várias localizações da atual atividade concessionada passarem diretamente para a esfera da própria Docapesca, que passará a deter jurisdição direta sobre as mesmas;
- Ter já sido celebrada uma concessão com a Administração do Porto de Viana do Castelo;
- Estarem atualmente em fase avançada negociações com as Autoridades Portuárias dos Portos de Aveiro e Figueira da Foz, no sentido da celebração de novos contratos de concessão,

não sendo ainda possível determinar o impacto total destes processos sobre as políticas contabilísticas da empresa em matéria de valorização e depreciação dos respetivos ativos fixos tangíveis afetos às atuais delegações.

- Situação motivadora de reserva por limitação de âmbito: A empresa inclui no passivo, no âmbito da rubrica de provisões, uma quantia total de 11.635 mil euros, relativa a responsabilidades perante o IPTM - Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (IPTM), APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A., APFF-Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A. e APVC - Administração do Porto de Viana do Castelo, S.A., derivada do reconhecimento de quantias a liquidar respeitantes a taxas de movimentação de pescado. Atendendo a que:

- com a publicação do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, ocorreu a atribuição à Docapesca do papel de autoridade portuária nos portos de pescas anteriormente sob jurisdição do IPTM;
- no quadro do processo em curso conducente às novas concessões em curso com a APA, APFF e APVC, se está também a equacionar a suspensão do atual contencioso em torno das taxas de movimentação de pescado,



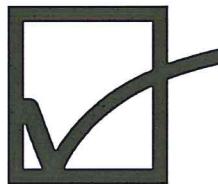
ainda não nos é possível concluir quanto aos efeitos globais desses processos nas demonstrações financeiras da empresa.

- **Situação motivadora de ênfase:** Relativamente ao capital próprio evidenciado nas demonstrações financeiras (negativo em 1.210 mil euros), o capital social encontra-se totalmente perdido. Desse modo, poderá estar em causa o princípio da continuidade da empresa. Não têm vindo a ocorrer quaisquer entradas de capital ou suporte financeiro análogo provenientes do acionista e, apesar dos resultados positivos conseguidos nos últimos períodos, a DOCAPESCA continua a situar-se no âmbito do Art.º 35º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, em 31 de junho de 2014

**O FISCAL ÚNICO**

**João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631**  
(em representação de  
"Abreu & Cipriano, Auditores, SROC"  
Inscrita sob o n.º119 na OROC)



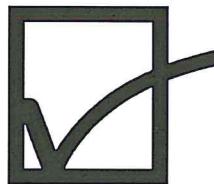
**ABREU & CIPRIANO, AUDITORES, SROC**  
**Inscrita na O. R. O. C. sob o n.º 119**

## **ANEXO I**



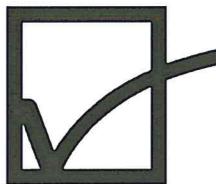
**ABREU & CIPRIANO, AUDITORES, SROC**  
**Inscrita na O. R. O. C. sob o n.º 119**

Balancos em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013		Unidade: Euros
	31-06-2014	31-12-2013
<b>Ativo</b>		
<b>Ativo não corrente</b>		
Ativos fixos tangíveis	13.249.833,19	13.564.313,25
Propriedades de investimento	-	-
Ativos intangíveis	161.881,62	205.912,53
Ativos por impostos diferidos	1.336.388,53	1.579.646,77
	<b>14.748.103,34</b>	<b>15.349.872,55</b>
<b>Ativo corrente</b>		
Inventários	240.055,33	269.975,32
Clientes	1.201.639,05	1.173.961,73
Adiantamentos a fornecedores	3.785,18	3.785,18
Estado e outros entes públicos	262.692,31	347.477,17
Outras contas a receber	8.501.308,29	7.095.020,41
Diferimentos	125.432,24	124.614,11
Ativos não correntes detidos para venda	-	123.517,87
Caixa e depósitos bancários	4.673.120,59	3.333.148,65
	<b>15.008.032,99</b>	<b>12.471.500,44</b>
Total do ativo	<b>29.756.136,33</b>	<b>27.821.372,99</b>
<b>Capital próprio e passivo</b>		
<b>Capital próprio</b>		
Capital realizado	8.528.400,00	8.528.400,00
Reserva legal	100.620,52	100.620,52
Resultados transitados	(14.352.804,46)	(17.520.936,96)
Excedentes de revalorização	14.605,86	21.313,59
Outras variações no capital próprio	4.440.943,06	4.860.103,49
	<b>(1.268.235,02)</b>	<b>(4.010.499,36)</b>
Resultado líquido do período	57.932,15	2.227.201,05
Total do capital próprio	<b>(1.210.302,87)</b>	<b>(1.783.298,31)</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Passivo não corrente</b>		
Provisões	12.271.731,88	12.130.945,70
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	4.515.945,45	5.508.835,33
Passivos por impostos diferidos	1.442.518,40	1.579.646,77
	<b>18.230.195,73</b>	<b>19.219.427,80</b>
<b>Passivo corrente</b>		
Fornecedores	845.357,84	656.468,45
Estado e outros entes públicos	2.137.772,73	1.773.270,22
Financiamentos obtidos	167.485,20	334.970,43
Outras contas a pagar	9.543.030,81	7.567.248,64
Diferimentos	42.596,89	53.285,76
	<b>12.736.243,47</b>	<b>10.385.243,50</b>
Total do passivo	<b>30.966.439,20</b>	<b>29.604.671,30</b>
Total do capital próprio e do passivo	<b>29.756.136,33</b>	<b>27.821.372,99</b>



**ABREU & CIPRIANO, AUDITORES, SROC**  
**Inscrita na O. R. O. C. sob o n.º 119**

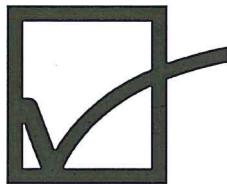
## **ANEXO II**



**ABREU & CIPRIANO, AUDITORES, SROC**  
**Inscrita na O. R. O. C. sob o n.º 119**

Demonstração dos Resultados por Naturezas dos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013

Rendimentos e Gastos	30-06-2014	30-06-2013	Unidade: Euros
Vendas e serviços prestados	10.038.873,71	10.153.645,52	
Subsídios à exploração	-	170.831,62	
Variação nos inventários da produção	-	-	
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(772.436,27)	(912.192,97)	
Fornecimentos e serviços externos	(2.936.180,36)	(2.630.958,39)	
Gastos com o pessoal	(4.883.392,92)	(5.980.491,73)	
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	-	-	
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	16.234,43	20.145,94	
Provisões (aumentos/reduções)	(140.786,18)	(371.104,56)	
Outros rendimentos e ganhos	883.100,73	1.481.162,85	
Outros gastos e perdas	(419.008,76)	(1.235.135,72)	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1.786.404,38	695.902,56	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(1.465.352,48)	(1.516.708,68)	
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	321.051,90	(820.806,12)	
Juros e rendimentos similares obtidos	7.352,86	28.242,39	
Juros e gastos similares suportados	(20.494,94)	(49.656,40)	
Resultado antes de impostos	307.909,82	(842.220,13)	
Impostos sobre o rendimento do período	(249.977,67)	(14.837,07)	
Resultado líquido do período	57.932,15	(857.057,20)	



**ABREU & CIPRIANO, AUDITORES, SROC**  
**Inscrita na O. R. O. C. sob o n.º 119**

## **ANEXO III**



**ABREU & CIPRIANO, AUDITORES, SROC**  
**Inscrita na O. R. O. C. sob o n.º 119**

**Informação Estatística por Delegações**

**valores acumulados**

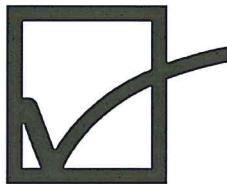
Delegações	Janeiro a Junho: 2013			Janeiro a Junho: 2014			Evolução 2014/2013		
	kg	€	€/kg	kg	€	€/kg	Vol	Val	Pr.Méd.
Norte	1.524.122	3.601.572	2,36	1.721.482	3.850.249	2,24	12,9%	6,9%	-5,4%
Matosinhos	6.558.750	7.874.601	1,20	4.730.715	7.172.346	1,52	-27,9%	-8,9%	26,3%
Centro Norte	7.462.308	9.721.622	1,30	7.782.016	10.746.400	1,38	4,3%	10,5%	6,0%
Centro	7.707.331	17.394.503	2,26	7.330.728	17.776.057	2,42	-4,9%	2,2%	7,4%
Centro Sul	12.607.051	19.892.266	1,58	12.668.699	21.558.850	1,70	0,5%	8,4%	7,9%
EI	9.666.999	25.144.952	2,60	9.644.456	22.632.440	2,35	-0,2%	-10,0%	-9,8%
<b>TOTAL</b>	<b>45.526.561</b>	<b>83.629.516</b>	<b>1,84</b>	<b>43.878.095</b>	<b>83.736.342</b>	<b>1,91</b>	<b>-3,6%</b>	<b>0,1%</b>	<b>3,9%</b>

Capital Social: 5.000.000 Euros

**valores mensais**

Delegações	Junho: 2013			Junho: 2014			Evolução 2014/2013		
	kg	€	€/kg	kg	€	€/kg	Vol	Val	Pr.Méd.
Norte	319.190	541.604	1,70	356.597	611.819	1,72	11,7%	13,0%	1,1%
Matosinhos	1.427.239	1.534.203	1,07	894.934	1.786.258	2,00	-37,3%	16,4%	85,7%
Centro Norte	2.390.483	2.076.973	0,87	2.323.167	2.484.604	1,07	-2,8%	19,6%	23,1%
Centro	1.646.776	3.396.780	2,06	1.367.652	3.559.586	2,60	-16,9%	4,8%	26,2%
Centro Sul	2.949.586	5.099.228	1,73	2.210.314	5.150.853	2,33	-25,1%	1,0%	34,8%
Sul	1.865.653	5.458.148	2,93	1.753.270	4.903.215	2,80	-6,0%	-10,2%	-4,4%
<b>TOTAL</b>	<b>10.598.926</b>	<b>18.106.936</b>	<b>1,71</b>	<b>8.905.934</b>	<b>18.496.335</b>	<b>2,08</b>	<b>-16,0%</b>	<b>2,2%</b>	<b>21,6%</b>

Contribuinte n.º 503 342 742



**ABREU & CIPRIANO, AUDITORES, SROC**  
**Inscrita na O. R. O. C. sob o n.º 119**

## **ANEXO IV**



# ABREU & CIPRIANO, AUDITORES, SROC

## Inscrita na O. R. O. C. sob o n.º 119

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

Período findo em 30 de Junho de 2014

RENDIMENTOS E GASTOS	Jan. a Jun. de 2014		Desvios	
	Orçamento	Real	Valor	%
Vendas	1.627.239,50	1.251.596,03	-375.643,47	-23,08%
Mercadorias	104.661,00	101.154,01	-3.506,99	-3,35%
Combustíveis	657.363,50	648.266,10	-9.097,40	-1,38%
Gelo	865.215,00	502.175,92	-363.039,08	-41,96%
Serviços Prestados	8.954.125,29	8.787.277,68	-166.847,61	-1,86%
1.ª Venda de Pescado	6.802.838,74	6.963.655,90	160.817,16	2,36%
Serviços dos Portos de Pesca	1.875.633,54	1.693.281,75	-182.351,79	-9,72%
Gestão Dominal	130.643,56	26.208,91	-104.434,65	-79,94%
Serviços Secundários	78.437,57	87.345,42	8.907,85	11,36%
Serviços Náutica e Mar.Turísticas	58.050,22	13.695,81	-44.353,41	-76,41%
Comissões de Cobrança	45.676,14	37.293,93	-8.382,21	-18,35%
Descontos e Abatimentos	-37.154,48	-34.205,04	-2.949,44	-7,94%
Subsídios à Exploração	130.500,00	0,00	-130.500,00	-100,00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-804.674,41	-772.436,27	-32.238,14	-4,01%
Fornecimentos e serviços externos	-3.409.428,59	-2.935.180,36	-473.248,23	-13,88%
Electricidade	-577.662,78	-460.070,97	-117.591,81	-20,36%
Água	-128.093,27	-136.890,88	8.797,61	6,87%
Comunicação	-85.177,65	-79.076,35	-6.101,30	-7,16%
Conservação	-530.092,54	-364.057,28	-166.025,26	-31,32%
Limpeza	-519.181,90	-469.742,17	-49.439,73	-9,52%
Vigilância	-344.292,34	-258.352,73	-85.939,61	-24,96%
Mão de Obra do Exterior	-233.077,77	-225.131,50	-7.946,27	-3,41%
Oulros FSE	-991.850,34	-942.848,48	-49.001,86	-4,94%
Gastos com o pessoal	-5.269.672,06	-4.883.392,92	-366.279,14	-7,33%
Rescisões	-25.000,00	0,00	-25.000,00	-100,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	-57.142,85	16.234,43	-73.377,28	-128,41%
Provisões (aumentos / reduções)	-22.092,35	-140.786,18	118.693,83	537,26%
Outros rendimentos e ganhos	883.775,70	883.100,73	-674,97	-0,08%
Venda de Energia	84.712,28	70.520,76	-14.191,52	-16,75%
Venda de Água	36.135,92	35.091,54	-1.044,38	-2,89%
Cedência de Exploração	55.445,00	41.196,76	-14.248,24	-25,70%
Subsídios ao Investimento	537.172,50	555.348,58	18.176,08	3,38%
Outros Rendimentos	170.310,00	180.943,09	10.633,09	6,24%
Outros gastos e perdas	-720.418,24	-419.008,76	-301.409,48	-41,84%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1.312.211,99	1.786.404,38	474.192,39	36,14%
Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	-1.463.762,18	-1.465.352,48	1.590,30	0,11%
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-161.550,19	321.051,90	472.602,09	311,85%
Juros e rendimentos similares obtidos	7.444,99	7.352,86	-92,13	-1,24%
Juros e gastos similares suportados	-50.098,09	-20.494,94	-29.603,15	-59,09%
Resultado antes de impostos	-194.203,29	307.909,82	502.113,11	258,55%
Imposto sobre o rendimento do período	-243.944,31	-249.977,67	6.033,36	2,47%
Resultado líquido do período	-438.147,60	57.932,15	496.079,75	113,22%